



TEMA

Da falta de segurança no ambiente cibernético como direito para setores público e privado.

NOME: EDEVALDO GARCIA

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu CPF, o seu nome e a data do seu nascimento estão corretos e transcreva-os nos locais indicados.
2. Transcreva sua redação com caneta esferográfica preta, fabricada com material transparente.
3. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
4. Escreva sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
5. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.

1 O século passado, principalmente durante o Guerra fria, humanidade presenciou uma frenética corrida
 2 entre russos e norte-americanos pela busca de informações que lhe conferiram algumas vantagens estratégicas nos
 3 cenários político-militar. Entretanto, com a consolidação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) mais
 4 do que nunca antes pode ser comparado em facilidade de produção e propagação de dados, seja em ambiente público,
 5 seja no setor privado, realidade uma que amplificou os riscos e a insegurança de empresas e empresas. Com efeito, trans-
 6 nacionais informações entre sites certificados e amplia o monitoramento do ambiente cibernético representam
 7 ações imediatas que devem contribuir para a formação de uma rede de proteção virtual.
 8 Nesse contexto, vale salientar que, quando se trata de dados privados na rede, a maioria deles foi forne-
 9 cidas espontaneamente por seus usuários, ora em pesquisas em sites de buscas, ora coletando dados
 10 pessoais com o intuito de obter alguma vantagem de informação. Em outras palavras, a hiperconexão
 11 resulto, em muitos casos, em vulnerabilidade, pois, segundo dados do IBGE, apenas de o Brasil possui
 12 mais de 80% da população com smartphones, porém não estão aptos a reconhecer quando estão diante de da-
 13 dos cibernéticos com potencial de causar danos econômicos e sociais. Por consequência, uma simples com-
 14 pra em um site não certificado, cujo propósito é dado por um código, perde, quando o usuário apresenta
 15 dados de senha e transferência de dinheiro das contas bancárias, o que gera prejuízo imensurável.
 16 Ainda, vale ressaltar que a fiscalização atualmente é realizada por agências públicas, inclusive, mas
 17 sim por supercomputadores ou hackers que buscam em captar dados e informações ultrasecretas privan-
 18 nando a competitividade em cenários econômicos desafiadores. Em outros termos, de acordo com o acordo
 19 firmado realizado pelo Fórum Econômico Mundial, as empresas e setores públicos já pagam mais
 20 de um bilhão de dólares ao ano para suprir as necessidades de segurança no ambiente cibernético,
 21 o que, na prática, não está sendo eficiente para impedir roubo ou divulgação de informações sensíveis,
 22 como no caso em que a empresa de tecnologia chinesa Huawei foi acusada. Em sites, ainda
 23 não só a produção de conhecimento, mas também a relação peculiar entre nações.
 24 Portanto, cabe aos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação criar centros especializados em
 25 monitorar o espaço cibernético. Para tanto, deve equipar, ampliar e destinar uma estrutura na-
 26 cional de fiscalização e punição para os crimes virtuais, com o intuito de cumprir um ambiente pouco
 27 conhecido pelas forças de segurança tradicionais. Além disso, governos, nos estados, devem promover
 28 políticas regionais de ultratransmissão digital, seja por meio de cartilhas, seja por palestras públicas,
 29 a fim de trazer segurança ao cidadão que, cada vez mais, está conectado, mas, também, pa-
 30 ra proteger informações, dados e vantagens diante da competitividade entre países.